

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

PERIÓDICOS CARNAVALESCOS E CLUBES PEDESTRES: FONTES PARA O ESTUDO DE ORGANIZAÇÕES RECREATIVAS NO RECIFE DO PÓS- ABOLIÇÃO

Luiz Vinícius Maciel Silva
Universidade Federal Fluminense
viniciusmaciel@outlook.com

Os periódicos carnavalescos, foco desse texto, foram publicações realizadas pelas agremiações carnavalescas do Recife ativas nas primeiras duas décadas do pós-abolição; sendo publicadas, geralmente, no período do carnaval, muitas vezes nas datas que antecediam a festa. Essa tipologia de fonte apresenta uma possibilidade de pesquisa bastante valiosa para compreender as práticas desses grupos, em especial os clubes pedestres, um tipo ainda mais recortado e específico das agremiações carnavalescas do Recife da época. Rita de Cássia Araújo (1996), ao elencar algumas fontes possíveis para o estudo das festividades em Pernambuco na virada dos séculos XIX e XX, comenta o seguinte sobre os periódicos carnavalescos:

“(...) reconhecer os obstáculos existentes para se ter acesso à cultura popular não significa dizer que ela é inatingível e irrecuperável para todo o sempre. Seus ecos ainda se fazem ouvir, por exemplo, nos jornaizinhos carnavalescos que sobreviveram à ação do tempo — ainda assim é preciso estar atento, pois os jornaizinhos de clubes carnavalescos populares recebiam artigos de colaboradores que pertenciam a outros níveis sociais — nas cartas e avisos dos leitores publicados na imprensa diária etc.” (ARAÚJO, 1996, p. 311)

Ou seja, uma documentação que não necessariamente reproduz as mesmas abordagens acerca do carnaval popular como fizera a grande imprensa e podem ecoar práticas de um local mais próximo dos sujeitos que as realizavam. Porém, não é menos importante pontuar que ainda é um terreno repleto de dilemas, não há certeza clara sobre todos os sujeitos que redigiam o material dos periódicos e qual o lugar social que construam suas narrativas. Questões que nos debruçaremos com mais cuidado à frente.

Uma reflexão preliminar que gostaria de pontuar é a importância de se refletir sobre as possibilidades de uso dos periódicos carnavalescos para a historiografia considerando o ineditismo que esse tipo de material possui dentro dos estudos sobre

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

práticas recreativas no pós-abolição. Muitos trabalhos, realizados em diferentes cidades do país, utilizam, sobretudo, cronistas do cotidiano, relatos de viajantes, jornais diários de grande circulação e documentação policial. Isso demonstra o papel relevante do esforço de abrir novos caminhos para a investigação a partir dessa documentação que, à primeira vista, parece poder trazer outros interlocutores da construção dos documentos.

Encontrei, uma passagem no recente livro de Leonardo Pereira (2020), *A cidade que dança*, em que indica a existência de um jornal publicado pelo rancho carioca Ameno Resedá (PEREIRA, 2020, p. 213). Além desse caso, a imensa maioria dos trabalhos mobiliza outros tipos de documentação, que não os periódicos lançados pelas organizações recreativas. Esse cenário nos indica uma necessidade, entender de que forma esse material pode ser relevante para pesquisas com esse escopo, que especificidades possuem.

Pensando a produção sobre as festividades no Recife do final do século XIX sob uma perspectiva da História Social, destaco, novamente, Rita de Cássia Araújo (1996) que traz em *Festas: máscaras do tempo* a existência dos periódicos carnavalescos, cita alguns títulos relevantes, porém não analisa seus conteúdos de maneira prioritária, substancial, e, por sua vez, não centra a investigação de seu livro a partir deles, o que chamou de “jornaizinhos carnavalescos” (ARAÚJO, 1996, p. 311). A pesquisadora lança mão, mais fortemente, dos jornais diários e os diversos conteúdos neles presentes, como crônicas, colunas, listas, anúncios etc. É nesse sentido que procuro explorar mais a fundo que pistas e rastros um acervo de periódicos carnavalescos pode nos trazer e até onde podemos elencar características próprias dessas publicações, cuidados ao tratá-lo e cruzamentos possíveis com outros acervos.

Para o estudo das organizações recreativas do Recife, tais periódicos são mais uma das fontes possíveis, porém não menos fundamentais. Alguns estudos sobre agremiações carnavalescas de trabalhadores negros e pobres no Rio de Janeiro puderam contar com o fundo GIFÍ do Arquivo Nacional que armazena centenas de pedidos de licença à polícia oriundos dos clubes. Tais solicitações trazem nomes que compunham a diretoria a cada ano, endereço da sede de cada clube, trechos de estatutos e o conseqüente relatório policial justificando deferimentos e indeferimentos. Pois bem, comparar e afirmar que para o caso recifense não dispomos de tais documentações não indica que há um cenário

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

de impossibilidade ou extrema dificuldade para realização de pesquisas semelhantes. A noção que se tira desse quadro é que outras documentações e outras tipologias de fontes devem ser mobilizadas se disponíveis, justamente pela relevância que têm para os trabalhos a serem realizados. É o caso, portanto, dos periódicos carnavalescos.

▫

Algumas questões são importantes para se considerar no trato dessa fonte: indivíduos que assinam os textos, práticas recorrentes e, sobretudo, os silêncios. Havia uma expectativa, muito justificada pela leitura da historiografia sobre o tema, de encontrar claramente a participação negra na coletividade dos clubes. Vide alguns trabalhos sobre o caso carioca, com homens e mulheres fundadores de cordões e ranchos com ampla participação negra (ARANTES, 2015), os cruzamentos entre essas associações e locais de culto de religiões de matriz afro-brasileira (BRASIL, 2019). Assim como pesquisas sobre dimensões do carnaval pernambucano que exploraram a contribuição da população negra recifense na constituição do frevo no início do século XX, através da capoeira e dos músicos nas bandas marciais (CORDEIRO, 2018; FIGUEIRÊDO, 2020; e VICENTE, 2009); o entrudo nos carnavais pernambucanos (ARAÚJO, 1996); a participação das populações marginalizadas nos Carnavais do Recife (GUILLEN e SILVA, 2018), e as relações existentes entre operárias fabris e agremiações carnavalescas (SOUZA, 2019).

Entretanto, os periódicos carnavalescos levantados não expressam claramente, e à primeira vista, essa composição negra. Algumas temáticas abordadas, algumas sátiras entre outros conteúdos não evidenciam imediatamente o tema, logo, não satisfazem essa expectativa do pesquisador e suas hipóteses. Essa condição levou a uma reflexão importante na trajetória da pesquisa: as expectativas lançadas às fontes estão, muitas vezes, mais propensas a serem frustradas do que satisfeitas no primeiro momento. É necessário articular aspectos da documentação para que as fontes possam verdadeiramente expressar seu potencial de material relevante para a pesquisa, capaz de propor novas perguntas ao pesquisador, além de responder às questões iniciais. E. P. Thompson (1981) discute em *Miséria da Teoria* como as intenções por traz da pesquisa histórica também são objetos de reflexão, e reforça a importância da intermediação do trabalho historiador ao dar sentido às fontes, através de seus procedimentos teóricos, já

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

que os dados e acontecimentos não existem por si só, não são dotados de uma auto-aparência reveladora, dependem da investigação empírica e profissional do pesquisador (THOMPSON, 1981, p. 34 – 46).

▫

O que percebemos no conteúdo presente nos periódicos carnavalescos é uma sátira política e social que dialoga com os periódicos satíricos que circulavam na cidade, muitas vezes frutos de grupos de juristas ou redatores da grande imprensa. Não há, inicialmente, uma expressão direta e explícita dos sujeitos trabalhadores que muitas vezes compunham os clubes. Daí levanta-se o desafio de questionar o que esses silêncios nos revelam. A quebra de expectativa quanto a participação negra, até o momento da pesquisa, deve-se limitar a sua expressão nos veículos de divulgação escrita, pois seria precipitado afirmar que tais grupos não fossem compostos amplamente por sujeitos pretos e pardos nas suas práticas sociais cotidianas e, sobretudo, no carnaval. Em relação a essa inscrição da referência de cor, Leonardo Pereira comenta:

“Em um momento no qual a referência à cor era evitada nas páginas da imprensa, com exceção do noticiário policial, essa marca se tornava visível nas imagens de alguns de seus componentes publicadas ao longo do tempo.” (PEREIRA, 2020, p. 211)

Reservo o cuidado de afirmar que nas fontes analisadas para esse trabalho não me deparei com registros de imagens, recurso visto pelo autor como um caminho para o estudo. Fica clara a necessidade de buscar outros indícios, outras pistas nessa análise

Para pensar o processo de diálogo com outros espaços de poder e legitimidade como uma das estratégias de empoderamento e (re)existência no espaço da cidade, vale discutir junto ao que Leonardo Pereira (2020) aborda em *A cidade que dança* (PEREIRA, 2020, p. 211). Sua obra trata de clubes negros no Rio de Janeiro, um caso diferente do aqui analisado, porém com muitas dinâmicas são exemplares e há a possibilidade de tomar alguns cuidados metodológicos de maneira similar. Primeiramente, o aspecto da participação branca nos clubes (especialmente brancos empobrecidos) e alguns deles poderiam ser, junto a outros companheiros negros, os sujeitos letrados das agremiações que assinavam os textos de seus jornais. Ou seja, organizações majoritariamente negras que podiam ter seus periódicos também assinados por punhos de gente branca. Parte desse

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

trabalho passa pelo entendimento das estratégias de enraizamento nas dinâmicas sociais como a nomeação de cargos de diretoria a proeminentes comerciantes, políticos, homens de letras etc., assim não parece infrutífero seguir a trilha de que muitos dos pseudônimos presentes nos periódicos sejam um desses homens, escrevendo a convite das organizações. Provavelmente escrevendo dentro dos arbítrios dos seus membros, que poderiam estipular temas e outras pautas.

Outra discussão que levanta diz respeito às expressões de refinamento dos clubes que não podem ser entendidas somente como estratégias de aceitação e formas de desviar dos preconceitos da opinião pública. Poderiam ser, muito além disso, escolhas estéticas conscientes, preferências por um modelo de festa que existia no cenário urbano da época, decisões que podem ser em função da formação de um público, formatos festivos convidativos a todos¹.

Portanto, acredito ser relevante comentar sobre como buscamos muitas vezes uma cultura popular autêntica, apartada das práticas das elites e grupos hegemônicos, ou qualificamos com ingênua a postura de grupos que se aliam a práticas dos grupos que os subalternizam, mesmo que esses alinhamentos sejam estratégias de circulação e existência de suas organizações. Decido afastar esse trabalho daqueles que “preferiram apontar para o conformismo de grupos negros que teriam incorporado padrões culturais que lhe eram impostos, diluindo, com isso os traços identitários que podiam ligar seus componentes” (PEREIRA, 2020, p. 15). Seguindo essa lógica as fontes pareceriam contraintuitivas a partir do olhar eivado de concepções do historiador.

Acredito que parte dessa expectativa passa por uma inquietação que compartilho com Álvaro Nascimento (2016) quando reflete sobre o, por ele batizado, “paradigma da ausência” dos trabalhadores negros na história do trabalho e/ou na história do movimento operário no Brasil republicano (NASCIMENTO, 2016). Discute, também, como a historiografia do mundo trabalho é bastante tributária dos estudos de escravidão do século XIX e das pesquisas sobre pós-abolição, contribuição entre campos de pesquisa que permitiu, no ver do autor, que a historiografia dos trabalhadores no Brasil, especialmente no contexto republicano, avançasse qualitativamente no sentido de incluir outros sujeitos,

¹ Boa parte dessas reflexões podem ser encontradas no capítulo 4, *O forrobodó negro*, em Pereira (2020, p. 179 – 226)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

outros grupos raciais, étnicos, etários, de gênero etc. Antes desses avanços entendia uma certa hegemonia do trabalhador fabril urbano e imigrante como a personificação do operário, logo, o protagonista maior da história operária, retratando as trajetórias de coletivos socialistas, anarquistas, greves fabris e atuação sindical.

Segundo ele, muitos trabalhos indicam as fontes como as culpadas por não trazerem aspectos de cor de maneira substancial em seus materiais. O que percebi, ao longo da leitura do material que analisei, é que não poderia abraçar (ou acatar) tão subitamente esta aparente ausência, sensação que os periódicos analisados de fato me passaram em certo momento. Os silêncios têm a nos dizer, os porquês dessas demarcações não estarem presentes, o que eles querem afirmar, ou até mesmo negar. As representações de cor nas fontes podem, muitas vezes, fugir às nossas expectativas, afinal, nada disso deve ser capaz de tornar o aspecto racial da pesquisa irrelevante. Indica, somente, que os caminhos devem ser outros daqueles esperados a princípio. A passividade de nossas expectativas não serem correspondidas e outras trajetórias de pesquisa e análise se abrirem.

▫

Até o momento tratei dos periódicos carnavalescos como um todo, de maneira geral, porém, para exemplificar o conteúdo dessa documentação e poder realizar comentários sobre suas passagens, escolhi um específico. A Vassoura foi o periódico publicado pelo Club Carnavalesco Misto Vassourinhas, as edições disponíveis em acervo digitais são dos anos de 1899, 1900 e 1903; todas na Coleção On-line Jornais do século XIX da Companhia Editora de Pernambuco. Sem esquecer que outros títulos como “O Caiador”, publicado pelo Club Caiadores, estão disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em paralelo ao acervo da editora pernambucana.

É a partir d’A Vassoura que realizo uma análise do conteúdo, pontuando que dinâmicas podem ser extrapoladas para um estudo dos clubes pedestres como um todo. Analisando cuidadosamente que pistas os periódicos carnavalescos podem trazer, procuro destrinchar o que A Vassoura, em primeira vista, parece trazer enquanto indício sobre as práticas do grupo de que é porta voz — o Club Carnavalesco Misto Vassourinhas —,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

como a instituição se organizava e dialogava com o contexto político e social no qual estava inserida.

Aos comentários. O primeiro a ser feito é sobre a modalidade de festa carnavalesca que praticavam e pareciam se filiar. Não há uma descrição efetiva da organização do clube nas ruas, relatando eventuais divisões de alas, local da diretoria e da orquestra; nem uma definição clara do gênero musical que tocavam, apesar de encontrarmos letras de algumas canções. Os caminhos para compreender como, aparentemente, se expressavam no espaço público se delineiam através dos comentários que abordavam formas de recreação festiva. Ao que me parece, há mais respostas naquilo que negam e repudiam, do que nos elementos que tomam para si.

A negação como forma de afirmação do seu modelo de festa aparece na publicação do carnaval de 1900, como podemos ver:

“Com o espírito livre das cerimônias obrigadas e com a alma perfeitamente lavada pelo licor popular da troça inteligente, alegre e boa, vamos agora botar abaixo a máscara de preconceitos que a *farçante* sociedade nos afivelou ao rosto.” (A VASSOURA, 1900, p. 1)

O trecho permite inferir como a agremiação, e seus membros, deseja estar liberta de certas obrigações e determinados ritos nas folias de Momo, que parecem ser vistos como desagradáveis. O recurso para esse objetivo seria a chamada “troça inteligente”, marcada pelo “licor popular”, evocando uma experiência que entendemos ser vivenciada, majoritariamente, pelas populações mais pobres e trabalhadores comuns. Por isso há o apontamento aos preconceitos da farsante sociedade, lançado sobre o grupo a fim de deslegitimar e criticar suas práticas². Resta se perguntar o que entendem enquanto “sociedade”. A opinião pública como um todo? Os pitacos dos jornais e seus cronistas carnavalescos? Uma agremiação refinada, as chamadas Grandes Sociedades? O que podemos afirmar, afinal, é que há uma reação impositiva de um certo tipo de festividade por parte dos grupos hegemônicos e a defesa de uma festa popular, livre de amarras e olhares de prejuízo. Práticas festivas que eram populares intensamente relacionadas com

² Rita de Cássia de Araújo (1996) explora passagens da imprensa pernambucana do século XIX que reforçavam preconceitos e o intuito repressor sobre as práticas carnavalescas populares, como o entrudo, máscaras avulsos e batuques negros.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

a população negra e trabalhadora da cidade, alvo do controle das autoridades públicas e das mais variadas críticas nos jornais (MAIA, 2009).

Na mesma edição, de 1900, há uma passagem que chama atenção: “(...) nós somos socialistas com as prerrogativas alheias, durante o carnaval” (A VASSOURA, 1900, p. 1). Reforçam, mais uma vez, um posicionamento diferente das posturas que repreendiam práticas recreativas e expressões de rua. Trazem para si, inclusive, a capacidade de dialogar e contemporizar com outros modelos de festa, dos muitos com os quais compartilhavam o espaço das ruas do Recife. Esse trecho intriga de maneira especial pelo uso do termo “socialistas” e, novamente, surgem mais perguntas que esse trabalho buscou levantar e registrar: com que contexto o uso desse termo dialoga? Indica uma troca de experiências com organizações de reivindicação política e trabalhadora, como sindicatos e centrais operárias? Apesar das perguntas é possível afirmar que as mulheres e homens que compunham os clubes pedestres recifenses e as organizações sindicais no período compartilhavam as ruas, largos, praças, locais de trabalho e recreação. Resta à pesquisa histórica investigar que redes podem ser traçadas entre os diferentes tipos de organizações presentes no contexto urbano. Registremos, então, essa missão para novas pesquisas e aprofundamentos.

▣

É possível notar que minha análise passeia entre dois campos argumentativos, um dos clubes e suas práticas enquanto elementos repreendidos e sob vigilância; e outro que indica as estratégias, escolhas e empréstimos por parte dessas agremiações recreativas no sentido das práticas hegemônicas. Não seria um quadro sobre relações sociais e vidas humanas se não fosse contraditório. Esse entrelugar é característico e natural em contextos políticos e sociais de afirmação de novos poderes, outros grupos agindo de novas maneiras em novos lugares, como por exemplo a população negra recém liberta, ocupando as ruas de uma capital estadual brasileira relevante e populosa. Circulando em espaços de trabalho, reivindicação política e lazer.

Algumas passagens, no periódico trazem narrativas retratando a agência de sujeitos racializados, referenciados, muitas vezes, como pretas, mucamas, negros etc. Vale discutir que conjunto de referências está sendo mobilizado nessas passagens e o que

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

esses trechos podem simbolizar. Busco trazer alguns trechos inicialmente e em seguida algumas reflexões. Um deles é a letra de música abaixo:

Siá Marocas quando *esquenta*
é mesmo aquela garapa:
berra e chupa, pula e ostenta,
nada, por certo, *lhe escapa.*

O João — a sua alegria, —
negro bom, musico fino,
toca de noite e de dia...
n'um trombone ou *bombardino.*

Uma vez a tal *Marocas*
Disse ao *cujo*, — o *cabra macho:*
Você, seu João, tudo toca
Más não tem *gosto por baixo...* (A VASSOURA, 1900, p. 3)

A passagem faz uma sátira à possível impotência sexual de João, caracterizado como um músico negro — arquétipo nada distante de diversos homens que compunham as festas carnavalescas —, nesse sentido levanto a questão do sentido por traz da representação de um homem negro enquanto um sujeito impotente. Novamente, não há uma resposta única a ser proferida, mas pode-se imaginar que sátiras e textos cômicos que utilizam como elemento a cor da pele eram comuns no período, dentro dos jornais, músicas e peças de teatro. Nesse sentido, Leonardo Pereira analisou algumas crônicas jornalistas cariocas e, em especial, a peça Forrobodó, encenada no início do século XX (PEREIRA, 2020, p. 182 – 189). Seu estudo é exemplar para o que discuto agora, justamente, por evidenciar os olhares pejorativos sobre a população negra como construtores de riso. Alguns dos instrumentos discursivos utilizados foram a caricatura e reforço de certas características, o enfoque negativo dado ao modo de falar e ao letramento, assim como a caracterização distorcida de aspectos físicos.

Um outro poema, no ano seguinte de 1900, pode auxiliar na discussão. A seguir:

Sempre vive ocupada a Luzia
Sempre a mão tem serviço a fazer,
Pois que passa de noite e de dia
A varrer... a varrer... a varrer...

Já parece martírio, uma carga,
Penitência bem dura de roer,
A vassoura um momento não larga
A varrer... a varrer... a varrer...

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Diz a preta da casa. A *mucama*,
Que a mania prefere ao comer,
Pois se até põe-se as vezes na cama
A varrer... a varrer... A varrer...

Mesmo assim com vassoura de lado,
Os amores do Zé pôde ter,
Que também veio ao mundo fadado
A varrer... a varrer... a varrer...

Há dous mezes eu vi no portão
Os queridos, e possam lá crêr,
Cada um de vassoura na mão
A varrer... a varrer... a varrer...

Uma noite de lá de onde fosse
A Lulú quando vinha a correr
Tropeçou e no chão estirou-se
A varrer... a varrer... a varrer...

E o José, que por forte não prima,
E lhe vinha no encalço, é de crêr,
Tropeçando cahio-lhe por cima
A varrer... a varrer... a varrer...

E que scena levada do diacho!
Como foi só eu pude saber...
Elle em cima e a Luiza por baixo
A varrer... a varrer... a varrer...

Vão casar-se; só faltam papeis...
E oxalá nunca possam obter.
Porque então nós teremos *bébés*
A varrer... a varrer... a varrer... (A VASSOURA, 1900, p. 1)

Percebe-se, novamente, uma caricatura das práticas de sujeitos negros — ao menos Luzia foi explicitamente retratada como “preta da casa”, a “mucama” — indicando, com exagero, o peso de seu trabalho cotidiano; aborda com certa malícia uma relação sexual que realizaram; ironiza-se, inclusive, a sina, a condição de vida do filho que virão a ter, um *status quo* inalterável. Entendendo o contexto de produções da época em que muitas delas abordavam de maneira caricata a população negra, parece improvável que o caso d’A Vassoura fuja a “regra”, porém, não podemos descartar a possibilidade das redações do periódico conter pessoas negras, inclusive assinando textos nesse teor, com esse tipo de abordagem. Pois, a cor de quem escreve, a princípio, não deve ser visto como um determinante ou impeditivo no sentido da forma como o texto é construído e sobre as escolhas que são feitas no momento de mobilizar certos temas e sujeitos. Somente uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pesquisa mais profunda pode responder mais substancialmente quanto a composição dos clubes e suas práticas a partir de passagens na imprensa como as sátiras de cunho racializado.

Nesse sentido, os periódicos carnavalescos possuem uma natureza diferenciada dos jornais diários tão comuns nas pesquisas sobre práticas carnavalescas no pós-abolição. Algumas dessas dimensões somos capazes de aferir, como o tamanho de suas publicações, clubes que representavam, qual a casa tipográfica que imprimiam os volumes, entre outros detalhes; porém, muitas outras respostas ainda ficam em suspenso, demandam investigações mais profundas. Um dos pontos a se explorar é uma dimensão bastante importante sobre as práticas internas do Clube Vassourinhas, especialmente, a construção dos periódicos. No final da edição de 1900, o periódico registra um informe que diz:

“Ficam em nosso poder o artigo sob a epigraphe — *Efeito do Carnaval* — a poesia — *Já montei, sim senhor!!* — e uma outra assignada *Piti*, cujas matérias deixam de ser publicadas por falta de espaço” (A VASSOURA, 1900, p. 4)

Indica, portanto, que a redação e construção do periódico era realizada de forma colaborativa, não havia um único redator. Permite perceber que o clube ficava responsável por receber contribuições de seus sócios e montavam cada edição, evidenciando uma sociabilidade compartilhada ali presente. É claro, não podemos saber a amplitude desse chamamento, nem todos os membros deviam ser letrados e iniciados no hábito da escrita de colunas jornalísticas, ficções e/ou poemas. Não era uma iniciativa de pouquíssimos, mas de um grupo mais amplo, mesmo sem sabermos ainda a abrangência dos chamamentos à escrita, muito menos quem eram exatamente os sujeitos que escreviam. Desafio que pode ser solucionado com cruzamento de fontes, em busca de conhecer os indivíduos por trás dos pseudônimos e referência sobre eles em outras documentações.

▫

A posição social dos membros dos clubes interessa à pesquisa, para termos uma ideia, mesmo que nebulosa, da condição de vida e categorias socioeconômicas dos que ocupavam. Um trajeto como esse é importante quando se propõe uma pesquisa que se

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

compreende no campo da História Social da Cultura. Relacionar a experiência recreativa e festiva, com dinâmicas sociais, políticas e econômicas são fundamentais para compreender qualquer recorte espaço-temporal em suas múltiplas facetas e tramas. Nesse sentido, pontuo novamente questões que circundam essa pesquisa há um tempo: que classes sociais compunham os participantes dos clubes pedestres recifenses? Que relevância tinham as organizações recreativas no diálogo com a condição de vida desses sujeitos? E adiciono uma nova questão nesse momento: como os periódicos carnavalescos podem auxiliar na compreensão dessas dimensões?

Nas três edições d'A Vassoura que foram analisadas é frequente a necessidade de esquecer “as tristezas do passado e, nesses três dias do império da folia, não nos recordemos jamais das desgraças que nos afligem” (A VASSOURA, 1900, p. 1). Ao ler as páginas dos jornais, podemos encontrar com certa frequência trechos como o citado, referenciando a festa como momento de esquecimento das tristezas do cotidiano, o peso do trabalho e descrevendo, inclusive, parte desses desafios do dia a dia, listando as dores e o que exatamente gostariam de exorcizar nos dias de carnaval.

Entendo então que um dos objetivos do clube era que a experiência que ele proporcionava para seus membros fosse uma oposição à luta cotidiana, um respiro da “(...) da vida do trabalho, nesse *laboremus* constante para a conquista do pão de cada dia, há muita mutação de cena que ora nos faz rir faz chorar” (A VASSOURA, 1900, p. 1). Nesse sentido, encontramos também uma representação interessante no campo simbólico, a figura da vassoura. Instrumento utilizado figurativamente para varrer as

“(...) cousas ruins; / P’ra ver se um dia ficamos livres, (...) por imprestáveis, joga-as no lixo, sem mais canceira... (...) E assim varrendo, passo os três dias, bem ocupado; / P’ra ver se um dia ficamos livres desses pecados...” (A VASSOURA, 1899, p. 5 e 6)

O trecho, reforça o que já viemos debatendo: a presença da vassoura como elemento figurativo de expulsão das mazelas, dos pecados, das “cousas ruins”; associada aos dias de festa em que o Clube Vassourinhas se apresenta enquanto um espaço que “lava a alma” de seus membros. Entretanto, além do cotidiano de árduo trabalho, o que A Vassoura pode estar considerando enquanto infortúnios, itens a se varrer? Pode-se pensar em uma crítica sobre o âmbito da política institucional e da administração pública, por exemplo, algum grupo político que discordavam ou alguma prática condenável dos altos cargos.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Um indício para o que foi apontado é uma passagem em que o periódico afirma que “para varrer as tristezas que nos assoberbam as nossas Vassourinhas são maiores e mais fortes do que todas as da limpeza pública” (A VASSOURA, 1900, p. 1). Percebe-se então uma crítica direta ao serviço público oferecido pelas autoridades, sobre uma demanda de limpeza urbana, que certamente era relevante aos sujeitos que circulavam e tinham a rua como sua principal arena de trabalho, sociabilidade e trânsito. Indica como o periódico carnavalesco incidia sobre temas não só do carnaval, mas também da vida cotidiana.

A crítica a certos serviços públicos está presente nos periódicos e pode indicar dois caminhos. O primeiro de que há, de fato, uma dimensão de crítica à política institucional e de tensionamento sobre a administração pública; e o segundo ponto diz respeito ao tipo de serviço que geralmente é recordado tem relação direta com o lugar social dos sujeitos que compunham o clube. Ou seja, o periódico carnavalesco também era um espaço para seus membros explicitarem seus incômodos, reivindicarem melhorias nas dinâmicas do seu dia a dia; não se restringia a um suporte para abordar temas estritamente carnavalescos, das festividades. Um exemplo de agência política para garantir os interesses do grupo.

Um dos temas mais recorrentes é a qualidade do abastecimento de água da cidade, a ver: “Si e meu bolso é meu tesouro, / De defendel-o me incumbo: / Eu pago a agua com ouro, / Como é que a bebo com chumbo?” (A VASSOURA, 1899, p. 3). É evidente a defesa do dinheiro gasto com o serviço, porém chamo atenção para outras repercussões dessa má qualidade além do binômio *despesa/mau-serviço*; é provável que as funções realizadas por muitos dos sócios e sócias do clube fossem atrapalhadas. Muitas pessoas trabalhavam com venda de frutas, legumes, peixes, carnes, preparo de refeições, logo, não dispor de água em níveis satisfatórios de qualidade pode ser um dado que afetava diretamente a realização de suas atividades que garantiam seu sustento³

▫

³ Para um quadro demográfico, das categorias de trabalho predominantes no Recife e como esse cenário se relacionava com associações compostas por trabalhadores, ver Araújo (1996); Lima (2019); Maia (2004); e Souza (2019)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Com o avanço das discussões já suscitadas, remonto às preocupações iniciais que marcaram o deparar-se com as fontes, os questionamentos sobre que grupos sociais pertenciam os sujeitos membros dos clubes pedestres e, em especial, no contexto de pós-abolição no Recife como podíamos entender essas organizações recreativas como mais um exemplo de sociabilidade e associativismo negro da capital pernambucana. Certamente é possível afirmar que o Club Carnavalesco Vassourinhas, através do seu periódico A Vassoura, se expressa enquanto um grupo que, de diversas formas, dialoga com o cotidiano e as práticas festivas dos trabalhadores comuns, homens e mulheres e muitas vezes negros; habitantes dos bairros centrais do Recife e sujeitos ativos no comércio e serviços informais, fábricas e transporte urbano.

Em suma, com o desenrolar do texto quem lê deve estar se perguntando, afinal, qual a composição majoritária dos clubes pedestres recifenses, qual o quadro geral de suas práticas cotidianas, tudo isso através dos periódicos carnavalescos. Entretanto, é impossível extrair todas essas respostas dessa tipologia de fontes, sem um cruzamento de documentações e análise profunda de outros acervos. O intuito do texto foi indicar os avanços que o projeto pôde obter através da leitura mais cuidadosa dessa documentação, assim como dos textos que podem orientar o trato com elas. Além disso procura-se indicar como essas fontes são relevantes para o estudo das práticas recreativas no pós-abolição recifense, e nesse sentido é possível afirmar que, sim, essa documentação é relevante e já indica caminhos para pesquisas nesse âmbito, podendo apresentar muitos outros mais.

Referências

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009;
- ARANTES, Erika. A estiva se diverte: organizações recreativas dos trabalhadores do porto carioca nas primeiras décadas do século XX. **Revista Tempo**. v. 21 n. 37, 2014/15. _____ . **O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX**. Niterói: Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, 2010;
- ARAÚJO, Rita de Cássia. **Festas: máscaras do tempo. Entrudo, mascarada e frevo no carnaval do Recife**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1996;

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

BRASIL, Eric. Cucumbis carnavalescos: áfricas, carnaval e abolição (Rio de Janeiro, década de 1880). **Afro-Ásia**, 49, 2014;

_____. O Clube Liga Africana e seu “inolvidável fundador” João Alabá: estratégias de ação política e redes de solidariedade no pós-abolição carioca (cc. 1900-1920). **Capoeira – Revista de Humanidades e Letras**, vol. 5, nº. 2, 2019;

_____. Cidadania "na ponta": participação negra nos carnavais cariocas da Primeira República (1889-1917). **XXVII Simpósio Nacional de História**. Natal: ANPUH, 2013;

_____. Cucumbis carnavalescos: áfricas, carnaval e abolição (Rio de Janeiro, década de 1880). **Afro-Ásia**, 49, 2014;

CORDEIRO, Rebeca Gondim. **Na malandragem do feminino: uma investigação sobre as marcas de gênero, sexualidade e raça presentes na minha corporeidade de passista de frevo**. Recife: Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Dança). Universidade Federal de Pernambuco, 2018;

FIGUEIRÊDO, Jefferson. **“Faz que vai, mas não vai”:** frevo e história da dança, caminhos possíveis de idas e vindas. Salvador: Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 2020;

GINZBURG, Carlo. Sinais raízes de um paradigma indiciário. In _____. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo Cia. das Letras, 1989;

LIMA, Karla Vieira de. **Trabalho, Cultura e Política no Matadouro da Cabanga: os Fressureiros do Recife (1900-1920)**. Dissertação (mestrado) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História. Recife, 2019;

MAIA, Clarissa. **Sambas, Batuques, Vozeiras e Farsas Públicas: O controle social sobre os escravos em Pernambuco (1850 – 1888)**. São Paulo: Anablume, 2004;

NASCIMENTO, Álvaro. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, nº 59, p. 607 – 626, setembro-dezembro, 2016;

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras: Leitura e folia no Rio de Janeiro do século XIX**. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp, 2004;

_____. **A cidade que dança: clubes e bailes negros no Rio de Janeiro (1881 – 1933)**. Campinas: Editora Unicamp; Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020;

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

SILVA, Augusto Neves da (org.). **Tempos de Folia: estudos sobre o carnaval no Recife**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018;

SILVA, Luiz Maciel. Agremiações carnavalescas, sociabilidades e mundo do trabalho no Recife de 1890 a 1910. **XIII Encontro Estadual de História**. Recife: ANPUH, 2020;

SOUZA, Felipe Azevedo e. As cigareiras revoltosas e o movimento operário: história da primeira greve feminina do Recife e as representações das mulheres operárias na imprensa. **cadernos pagu**. v. 55, 2019;

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio: Zahar, 1981;

VICENTE, Ana Valéria. **Entre a ponta de pé e o calcanhar**. Recife: Editora Universitária da UFPE; Olinda: Editora Associação Reviva, 2009.